

DEPENDÊNCIA QUÍMICA NA INFÂNCIA: O SILÊNCIO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA

DIANA MACHADO REY^{*}
KEROLIN LOPES FREITAS^{**}

RESUMO

Já há algum tempo, o uso de drogas se tornou um dos problemas de saúde pública que merece atenção especial. Nos anos de 1950 a 1960, os primeiros contatos com drogas ocorriam por volta dos 18 anos. Atualmente, o consumo de substâncias psicoativas vem crescendo vertiginosamente, atingindo todas as faixas etárias, incluindo as crianças. Ainda existem lacunas no conhecimento e, por ser um problema relativamente novo, não há estudos com a utilização de amostragem pediátrica subsidiando o estabelecimento de critérios para o diagnóstico de abuso e dependência de substâncias na infância, situação que exige uma intervenção efetiva. Pesquisadores têm desenvolvido estudos que reconheçam a dependência química na infância? Nessa perspectiva, o presente artigo permitiu mapear o estado da arte da produção nacional do século vigente, fazendo uma análise crítica com a finalidade de trazer à luz o reconhecimento da dependência química na infância. Por intermédio da pesquisa, foi possível constatar a carência de estudos científicos sobre o assunto, tendo em vista que não foi localizada nenhuma produção abarcando o tema em questão nas bases pesquisadas. Este cenário reflete o silêncio da comunidade científica, indicando a necessidade de maior investimento na pesquisa teórica a fim de promover o amadurecimento da sociedade como um todo frente ao tema, para que novas políticas sociais públicas sejam instauradas, promovendo saúde integral e igualitária à criança.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Transtornos relacionados ao uso de substâncias. Pesquisa.

ABSTRACT

SUBSTANCE DEPENDENCE IN CHILDHOOD: THE SILENCE OF SCIENTIFIC COMMUNITY

Drug abuse has become an issue of public health which deserves special attention. During the 1950's the first contact with drugs used to occur by the age of 18. Nowadays the use of psychoactive substances is growing rapidly and affects all age groups, including the children. As it is a fairly new issue of concern and study, there are still some gaps in the knowledge; in particular, there are not studies with application of pediatric sampling to base the establishment of parameters for the diagnosis of drug abuse and addiction in the childhood, and such lacuna deserves to be filled by an effective research. Have researchers developed studies that recognize substance dependence in childhood? Therefore, this paper has identified the state-of-the-art of the national scientific researches during the current century and has developed a critical analysis with the aim of bringing to light the acknowledgement of drug addiction during childhood. The research has identified the lack of scientific studies on the subject, based on the fact that the database research has not returned any scientific paper. Such scenario reflects the silence of the scientific community and indicates the need of greater investment in theoretical researches aiming at promoting the development of the society as a whole to the subject-matter in order to establish new public policies which will enhance an egalitarian and complete health condition to the children.

KEYWORDS: Child. Substance-related disorders. Research.

RESUMEN

DEPENDENCIA QUÍMICA EN LA NIÑEZ: EL SILENCIO DE LA COMUNIDAD CIENTÍFICA

Hace ya algún tiempo, el uso de sustancias químicas se ha vuelto uno de los problemas de la salud pública que necesita especial atención. En los años de 1950 a 1960 los primeros contactos con drogas ocurrieron alrededor de los 18 años. Hoy día el consumo de sustancias psicoactivas está creciendo de forma desenfrenada, alcanzando todas las edades, aun los niños. Hay todavía lagunas en el conocimiento y, por presentarse como un problema relativamente nuevo, no hay investigaciones de muestreos pediátricos subvencionando criterios para el diagnóstico de abuso y dependencia de sustancias en la niñez, situación que requiere una intervención efectiva. ¿Hay investigadores desarrollando estudios que reconozcan la

^{*} Graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas – UCPel. E-mail: dianamrey@hotmail.com

^{**} Pós-Graduando o curso de Abordagem Multidisciplinar em Dependência Química pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

dependencia química en la niñez? En esa perspectiva, el presente trabajo se permitió levantar el mapa del estado del arte de la producción nacional del siglo vigente, realizando un análisis crítico con la finalidad de arrojar a la luz el reconocimiento de la dependencia química en la niñez. Por medio de la pesquisa ha sido posible averiguar que hay escasez de investigaciones científicas sobre la cuestión, llevándose en cuenta que no ha sido hallada cualquiera producción abarcando el tema en cuestión en las bases pesquisadas. Este escenario refleja el silencio de la comunidad científica, indicando la prisa en invertir en la pesquisa teórica, a fin de proporcionar la maduración de la sociedad ante al tema y levantar fuego en la instauración de nuevas políticas públicas, promoviendo la salud integral e igualitaria al niño.

PALABRAS CLAVE: Niño. Trastornos relacionados con sustancias. Investigación.

1 INTRODUÇÃO

Já há algum tempo, o uso de drogas se tornou um dos problemas de saúde pública que merece atenção especial. Na década de 1950, os primeiros contatos com drogas ocorriam por volta dos 18 anos. Atualmente, o consumo de substâncias psicoativas vem crescendo vertiginosamente, atingindo todas as faixas etárias, incluindo as crianças. Ainda existem lacunas no conhecimento e, por ser um problema relativamente novo, não há estudos com a utilização de amostragem pediátrica subsidiando o estabelecimento de critérios para o diagnóstico de abuso e dependência de substâncias na infância, situação que exige uma intervenção efetiva¹.

Nesse contexto, emergiu a dúvida: existe produção científica brasileira no século vigente que reconheça a dependência química na infância? A ideia do presente estudo surgiu a partir da necessidade observada pelas pesquisadoras de aprofundar conhecimentos acerca de uma problemática vivenciada na prática profissional que se caracteriza pela crescente demanda de crianças dependentes de substâncias psicoativas à procura de tratamento especializado. A partir dessa perspectiva, o presente estudo se propôs a mapear a produção acadêmica nessa área do conhecimento, fazendo uma análise crítica com a finalidade de trazer à luz o reconhecimento da dependência química na infância.

2 DEPENDÊNCIA QUÍMICA E INFÂNCIA

Conforme conceituam Bicca, Pereira e Gambarini, “dependência é a necessidade física ou psicológica da substância psicoativa”, sendo a compulsão uma de suas características. Até pouco tempo atrás, pensava-se que algumas drogas causavam apenas a dependência psíquica, situação que foi modificada com a evolução da neuropsiquiatria. Sabe-se, hoje,

que também existe um componente biológico no desenvolvimento da dependência química².

A dependência química é compreendida como uma síndrome multifatorial, tendo fatores como o aspecto genético e neurobiológico, estrutura psicológica, comorbidade psiquiátrica e recursos de defesa do indivíduo, oferta e disponibilidade da droga, histórico familiar, tipo de substância, stress, eventos traumáticos, entre outros. Fatores intrinsecamente envolvidos³.

A experimentação de drogas tem sua prevalência na fase da adolescência, porém esse comportamento tem ocorrido cada vez mais cedo, mesmo com o aumento das estratégias preventivas. A infância e a adolescência são fases em que os sujeitos experimentam vários comportamentos em busca de suas identidades e seus papéis na sociedade, situações que podem gerar insegurança. Dentre esses comportamentos está também o de consumir drogas¹.

A infância é uma fase de grande vulnerabilidade por ser um período em que a personalidade está em formação e pela incapacidade de julgamento por parte da criança. Sendo assim, ela usa os pais como modelo de referência para sua formação. Quando os modelos de identificação são problemáticos, a criança pode utilizá-los por não ter a capacidade de julgá-los. Portanto, se os modelos apresentarem o comportamento de uso de drogas, a criança poderá desenvolver o mesmo comportamento. “Crescer em uma família que possui um dependente químico é sempre um desafio, principalmente quando falamos do contato direto de crianças e adolescentes com essa realidade”⁴.

Abarcado o tema infância, é pertinente resgatar um breve histórico desenvolvido por Sarmento:

A ideia de infância é uma ideia moderna (...) remetidas para o limbo das existências

meramente potenciais, durante grande parte da Idade Média, as crianças foram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia existencial. (...) daí que, paradoxalmente, apesar de ter havido sempre crianças, seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância, categoria social de estatuto próprio^{5,6}.

Com o tempo, a infância ganhou uma nova concepção e a criança passou a ser vista como “sujeito de direito”. O atendimento às crianças no Brasil apresentou maior significação nas últimas décadas do século XX, quando a criança passou a ser objeto de políticas governamentais de caráter mais abrangente, a partir da Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996⁷.

O Estatuto da Criança e do Adolescente conceitua infância como o período que vai desde o nascimento até 12 anos de idade incompletos. Dentre os direitos estabelecidos pelo ECA, está o direito de toda criança e adolescente “[...] ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”⁸.

Seguindo essa linha de pensamento, Oliveira e Juliano asseveram que a família representa um papel importante e fundamental na formação humana, tendo como função cuidar de si e do outro, reconhecendo a sua individualidade para depois refletir no cuidado do outro. Nesse contexto, a família tem o poder de servir como modelo de proteção ou de risco ao uso de substâncias psicoativas⁹.

De acordo com Galduroz, Sanchez e Noto, “a fragilidade dos vínculos familiares, a disponibilidade de drogas nas ruas, a cultura do grupo, bem como uma série de outros fatores psicossociais, parecem favorecer o consumo de drogas entre crianças e adolescentes”. Em contrapartida, os autores referem que o vínculo familiar de qualidade favorece a permanência em casa e, conseqüentemente, o afastamento da rua e dos fatores de risco, o que se constitui como importante fator de proteção¹⁰.

No que tange ao diagnóstico da

dependência química, existem dificuldades no entendimento quando se referem às crianças, conforme analisam Bessa, Boarati e Scivoletto:

Além de não haver estudos conclusivos com crianças para o estabelecimento de critérios para o diagnóstico de abuso e dependência de substâncias, esses critérios também têm se mantido controversos mesmo para os adultos. Ao longo do tempo, tem havido confusão entre os padrões propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pela American Psychiatric Association (APA) e por clínicos. Também ocorreram mudanças nas categorias diagnósticas das diferentes versões do DSM e da *Classificação internacional de doenças* (CID). Essa confusão ocorre porque as definições não são padronizadas, os critérios são mais qualitativos do que quantitativos, não existindo uma clara distinção entre os diferentes tipos de níveis de gravidade de uso de drogas. Assim, muitas vezes, o diagnóstico de abuso ou dependência de substância não é muito bem definido¹.

3 LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

O processo de levantamento de dados deste estudo se deu por intermédio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação, que propiciou o acesso a uma ampla gama de periódicos. A partir disso, o presente trabalho se subdividiu em pesquisa e análise de dados.

O universo da pesquisa foi composto por trabalhos científicos dos principais periódicos nacionais que abordassem a dependência química na infância, nas seguintes áreas do conhecimento: Multi-disciplinares, Saúde e Biológicas, e Ciências Sociais e Humanas. A busca foi realizada por meio dos termos: “dependência química na infância”, “infância e dependência química” e “crianças e dependência química”. A pesquisa se desenvolveu nos meses de maio e junho de 2011. Nenhum resultado foi obtido demonstrando a ausência de produção científica sobre a temática.

[...] compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, afim (*sic*)

de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses (*sic*)^{11,12}.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na prática profissional, observa-se, antes da necessidade de compreensão acerca da criança que depende de drogas, a dificuldade de aceitação da dependência química, a qual, nessa fase, é um obstáculo no reconhecimento como um problema de saúde pública que vem atingindo a sociedade.

Frente a essa situação, constatou-se a importância de determinar o campo de conhecimento averiguando/inventariando como vem sendo abordada a temática “dependência química na infância”, mapeando o estado da arte da produção científica nacional no século vigente. Por intermédio da pesquisa, foi identificada a carência de estudos científicos sobre o assunto, tendo em vista que não foi localizada nenhuma produção abarcando o tema em questão nas bases pesquisadas.

Esse panorama traduz o posicionamento da sociedade como um todo sobre esse assunto, que parece encarar o tema à margem. Ainda existe a negação da criança, antes como um sujeito de direito, agora como sujeito de ação na sociedade. Parece haver um movimento de retrocesso na compreensão da criança em sua totalidade, uma vez que não é reconhecida como protagonista do seu desenvolvimento biopsicossocial.

A criança é negligenciada quanto à dependência química, pois a ela é negado o direito de um tratamento na rede de saúde pública, já que não se observa uma reestruturação dos serviços especializados. Fala-se sobre o tema, porém não passa de especulação, pois estratégias realmente efetivas, que visem à integralidade do atendimento à criança, não são elaboradas. O SUS, por exemplo, não aceita a criança como dependente química para fins de tratamento, atuando com a glosa das AIH's (Autorização de Internação Hospitalar) nos estabelecimentos de Saúde Mental. Já há uma resolução normativa referente ao ECA

direcionada a esse reconhecimento, no entanto não é efetiva já que o Poder Público não dá o devido direcionamento à questão, restringindo a normativa apenas às áreas da cidade de Brasília¹³.

Esse cenário é também o reflexo do silêncio da comunidade científica, forte indicador da necessidade de maior investimento na pesquisa teórica referente à dependência química na infância. A quebra do silêncio poderá então proporcionar o amadurecimento da sociedade para que as políticas públicas existentes sejam realmente cumpridas e novas sejam instauradas, promovendo a saúde integral e igualitária à criança.

5 REFERÊNCIAS

1. BESSA, M.; BOARATI, M.; SCIVOLETTO, S. Crianças e adolescentes. In: DIEHL, A.; CORDEIRO, D., LARANJEIRA, R., e cols. *Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas*. Porto Alegre: Artmed; 2011, p.359-374.
2. BICCA, C.; PEREIRA, M.; GAMBARINI, M. Conceitos, diagnóstico e classificação. In: PULCHERIO, G.; BICCA, C.; SILVA, F. *Álcool, outras drogas, informação: o que cada profissional precisa saber*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
3. LEMOS, T.; GIGLIOTTI, A.; GUIMARÃES, A. Da neurobiologia ao tratamento biopsicossocial da dependência química. In: GIGLIOTTI, A.; GUIMARÃES, A. *Diretrizes gerais para tratamento da dependência química*. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.
4. FIGLIE, N.; FONTES, A.; MORAES, E.; PAYA, R. Filhos de Dependentes Químicos com fatores de risco bio-psico-sociais: necessitam de um olhar especial? *Rev. psiquiatr. clín.* [Internet]. 2004; 31(2):53-62. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v31n2/a01v31n2.pdf>. Acesso em 2011, mai .10.
5. PAULA, E. *Crianças e Infâncias: universos a desvendar* [artigo] [Internet]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2005. Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/10048/9241>. Acesso em 2011 mai 10.
6. SARMENTO, M. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, M.; CERISARA, A. *Crianças e Miúdos*. Portugal: ASA; 2002.

7. Anais VIII Congresso Nacional de Educação; 2008; Curitiba [Internet]. *Da infância sem valor à infância de direitos: diferentes construções conceituais de infância ao longo do tempo histórico*. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2008. Disponível em:

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/892_632.pdf. Acesso em 2011, jun. 6.

8. Brasil. Presidência da República, Senado Federal. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências [Internet]. Brasília, DF; 1990. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102414>. Acesso em: 2011, jun. 6.

9. OLIVEIRA, A.; JULIANO, A. Interação família e escola como instrumento de prevenção primária em dependência química. In: SILVA, F.; SILVA, E.; MEDINA, J. *Uso de drogas psicoativas: teorias e métodos para multiplicador prevencionista*. Rio Grande: CENPRE, 2005.

10. GALDUROZ, J.; SANCHEZ, Z.; NOTO, A.

Epidemiologia do uso, do abuso e da dependência de substâncias psicoativas. In: DIEHL, A., CORDEIRO, D.; LARANJEIRA, R., e cols. *Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas*. Porto Alegre: Artmed, 2011, p.49-58.

11. SOARES, M. *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. Brasília: INEP/MEC; 1989.

12. FERREIRA, N. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educ. Soc* [Internet]. 2009 [acesso em 2011, abr. 1]; 79(23): 257- 72. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013.

13. Brasil. Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução Normativa. Nº. 46, de 30 de março de 2010. [Internet]. Brasília, DF; 2010. Disponível em: www.sejus.df.gov.br/sites/400/429/00001173.rtf. Acesso em: 2011, jun. 6.

